

A. I. Nº - 206905.0005/07-1
AUTUADO - AGRESTE COTTON AGROPECUÁRIA LTDA.
AUTUANTE - MARIA IRACI BARROS DE SÁ TELLES
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 08.07.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0191-04/08

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Infração elidida. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE USO E CONSUMO. Infração mantida. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Infração parcialmente elidida, em razão da comprovação de pagamento em data anterior à ação fiscal, referente a parcelas ora exigidas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 24/09/2007, exige ICMS totalizando o valor histórico de R\$ 17.045,31, em razão das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. ICMS no valor histórico de R\$ 475,43, multa de 50%.
2. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento. ICMS no valor histórico de R\$ 6.440,96 e multa de 60%.
3. Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento. ICMS no valor histórico de R\$ 10.128,92 e multa de 60%.

O autuado ingressa com defesa, fls. 49 a 55, e na infração 01, aponta a ocorrência de equívoco na emissão da nota fiscal nº 1161, pois ao preencher a base de cálculo do imposto com redução de 60%, inverteu-a, mas o imposto foi recolhido corretamente. Quanto à nota fiscal 1194, argumenta que na mesma relação de DAES fornecida pela SEFAZ, consta que o ICMS foi devidamente recolhido. Assim, pede a sua improcedência.

Com relação à infração 02, explica que a “lona toca” é utilizada como demais insumos na atividade rural para cobrir os fardões de algodão em capulho, após serem colhidos e prensados, bem como na proteção contra perdas naturais, provenientes de chuvas e poeira, o que influencia diretamente na qualidade e quantidade produzida, até que os mesmos sejam remetidos para o processo de beneficiamento, ou seja, o processo industrial de separação de algodão em pluma, caroço e resíduos, por terceiro ou pelo próprio produtor rural. (notas fiscais 900, 930 e 986).

Reconhece que utilizou o crédito fiscal relativo às aquisições de ativo imobilizado, destacado nas notas fiscais nºs 141282 e 141283, no valor de R\$ 26.113,74, de forma não proporcional, mas que este procedimento não trouxe prejuízos para o erário.

No que concerne à infração 03, alega que deve ser excluído o valor de R\$ 230,60, uma vez que entrou na apuração mensal R\$ 133,35, como pagamento de diferença de alíquota das notas fiscais 19135, 49111, 51504, 87163, e 107315, e R\$ 121,85 está destacado na nota fiscal por substituição tributária, totalizando R\$ 255,20, que diminuído R\$ 24,60 devido a erro de alíquota de 10% para 5%, referente à nota fiscal 49111, conforme planilha. Reconhece que o valor da infração deve permanecer em R\$ 9.898,32.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 111 a 112, e com relação à infração 01, de fato foi constatado erro na emissão da nota fiscal, pois quando o contribuinte efetuou a redução da base de cálculo, a fez de forma errônea, em 40% e não em 60%, tendo feito o lançamento do ICMS da mesma nota erradamente, tanto na nota fiscal quanto no livro Registro de Saída. Quanto à nota fiscal 1194, embora não tenha sido verificado o seu pagamento anteriormente, o contribuinte comprova, na mesma relação de DAES fornecida pela Sefaz, que o ICMS foi recolhido.

Quanto à infração 02, lembra que o RICMS estabelece que o crédito do ativo deve ser utilizado proporcionalmente, à razão de 1/48 avos mensal do crédito total. Outrossim, entende que “lona toca” não faz parte do produto final, algodão em capulho, e deve ser mantida a infração na totalidade.

Na infração 03, concorda em parte com as alegações da defesa a apresenta novo demonstrativo de débito, em anexo. Menciona que o autuado não comprovou o pagamento da diferença de alíquota da nota fiscal 218851, que deve ser mantida no auto de infração. Assim, a infração totaliza R\$ 10.020,17.

O autuado cientificado da informação fiscal não se manifestou.

VOTO

Na infração 01 está sendo exigido ICMS não recolhido no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, relativos às notas fiscais 1161 e 1194, nos meses de novembro e dezembro de 2005.

O autuado ao apresentar sua defesa alegou que ao preencher a base de cálculo do imposto com redução de 60%, inverteu-a, mas que o imposto foi recolhido de forma correta, fato reconhecido pelo autuante ao prestar a informação fiscal, não restando valor a ser exigido quanto à nota fiscal nº 1161.

Quanto à nota fiscal nº 1194, embora não tenha sido verificado o seu pagamento anteriormente, o contribuinte comprovou na relação de DAES, fornecida pela SEFAZ, que o ICMS destacado na nota fiscal fora recolhido.

Infração elidida.

Na infração 02 referente à utilização indevida de crédito fiscal, referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, estão apontados o cometimento de duas irregularidades: a primeira referente às notas fiscais nºs 141282 e 141283, emitidas por Implementos Agrícolas, nas quais peças e equipamentos tiveram o crédito fiscal utilizado de uma só vez, sem observar a proporcionalidade de 1/48 prevista na legislação do ICMS.

Reza o art. 93 do RICMS que constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subsequentes e para fins de apuração do imposto a recolher, o crédito relativo às entradas de bens destinados ao ativo imobilizado e respectivo serviço de transporte, ocorridas a partir de 1/1/2002, ficando sujeito às disposições da Lei nº 7.710, devendo ser apropriado nos termos do § 17 do art. 93 do RICMS/97.

Assim, a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento, sendo este quociente proporcionalmente aumentado ou diminuído.

No presente caso, o contribuinte utilizou a totalidade os créditos fiscais de 7% sobre as notas fiscais de aquisições, dantes mencionadas, como pode ser constatado no livro Registro de Entradas, cujas cópias encontram-se fl. 33, o que denota flagrante desobediência à legislação estadual, pelo que deve ser mantida a exigência fiscal, no valor de R\$ 1.827,96 no mês de outubro de 2004, conforme demonstrativo de fl. 22.

Na outra parte da autuação, a utilização indevida de crédito fiscal refere-se ao produto “lonas toca”, entendendo o contribuinte tratar-se de insumos, que integra o produto final na condição de elemento necessário ou indispensável à sua produção.

Explica o autuado que a “lona toca” é utilizada, como os demais insumos, na atividade rural, para cobrir os fardões de algodão em capulho, após serem colhidos e prensados, bem como na proteção contra perdas naturais provenientes de chuva e poeira, o que influencia diretamente na qualidade e na quantidade produzida, até que os mesmos sejam remetidos para o processo de beneficiamento.

Estabelece o parágrafo primeiro do art. 93 do diploma regulamentar que a utilização do crédito fiscal relativo às aquisições de mercadorias, matérias primas, produtos intermediários e material de embalagem, condiciona-se a que, as mercadorias adquiridas:

- a) estejam vinculados à comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação;
- b) sejam consumidos nos processos mencionados na alínea anterior; ou
- c) integrem o produto final ou o serviço na condição de elemento indispensável ou necessário à sua industrialização, produção, geração, extração ou prestação, conforme o caso.

Entendo que as “lonas toca”, conforme descrição do próprio contribuinte, não se adequam às condições estabelecidas no artigo precedente, não integrando o produto final, mas atuando como produto de uso ou consumo, já que seu uso restringe-se à cobrir o algodão, portanto não faz jus ao crédito fiscal.

Infração mantida.

Na infração 03 está sendo exigido ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento, nos meses de outubro de 2004, janeiro, fevereiro, junho, julho e agosto de 2005, conforme demonstrativo de fl. 61.

O autuante concorda em parte com as alegações da defesa, pois a diferença de alíquotas de algumas notas fiscais já estavam pagas, e exclui da cobrança as notas fiscais nºs 191351; 49111, 51504, 87163, e 107315, de diversos fornecedores, todas lançadas no mês de junho de 2005, permanecendo naquele mês, apenas a nota fiscal nº 218851, no valor de R\$ 121,85, pois o contribuinte não comprovou o pagamento da diferença de alíquotas.

Ademais, na cópia da nota fiscal de fl. 100, não consta o imposto retido, e sendo bem de uso e consumo, cabe a cobrança do ICMS da diferença de alíquotas.

As demais notas fiscais apontadas na inicial permanecem, conforme o demonstrativo de fl. 113, e a infração perfaz o valor total de R\$ 10.020,17, no que concordo.

Infração procedente em parte

Deste modo, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206905.0005/07-1**, lavrado contra **AGRESTE COTTON AGROPECUÁRIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 16.461,13**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de junho de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR